
ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES DO GRI DA RANDON E DA VOLKSWAGEN COMPARADOS

Me. Maristela Mercedes Bauer <maristelabauer@feevale.br>

Dr. Roberto Naime <rnaime@feevale.br>

Resumo: Este trabalho realiza uma revisão bibliográfica sobre o tema desenvolvimento sustentável, capital natural e a prestação de contas das empresas em relação a indicadores essenciais de desempenho ambiental. Com base nos dados dos relatórios de sustentabilidade da Volkswagen e da Randon são feitos cálculos para a comparação de alguns fatores relevantes de sustentabilidade na questão de energia, águas e resíduos sólidos. Os dados demonstram que a utilização de energias alternativas já é maior na empresa alemã, interferindo na formulação de sua matriz energética. A água também apresenta um índice de reutilização maior na Volkswagen em relação a Randon, e os índices de envio de resíduos sólidos para operações de reciclagem é muito alto nas duas empresas, com índices maiores para a empresa brasileira. Estas realidade são analisadas sob a dimensão ambiental, social e ecológica dos contextos em que ambas as empresas estão inseridas.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, capital natural, global report initiative

ANALYSIS OF SOME OF GRI INDICATORS OF VOLKSWAGEN AND RANDON COMPARED

Abstract: This paper reviews the literature on the subject of sustainable development, natural capital and accountability of companies in relation to key indicators of environmental performance. Based on data of the sustainability reports of Volkswagen and Randon calculations are made for comparison of some factors relevant to the question of sustainability of energy, water and solid waste. The data demonstrate that the use of alternative energy is already higher in the German company, interfering in formulation of its energy matrix. Water also has a higher rate of reuse at Volkswagen for Randon, and indexes of sending waste for recycling operations is very high in both companies, with higher rates for the Brazilian company. These realities are analyzed from the environmental, social and ecological contexts in which both companies are located

Key words: sustainable development, natural income, global report initiative

1. Introdução

O cotidiano do exercício das empresas em suas atividades produtivas, necessita da utilização de vários recursos da sociedade. É necessário a existência de capital financeiro (investidores e acionistas); recursos intelectuais (colaboradores diretos e indiretos) e o uso de recursos naturais (renováveis e não-renováveis). Também são importantes os recursos de infraestrutura, providos pelo estado em nome da sociedade. Esses recursos, após o consumo, são transformados e posteriormente disponibilizados para a sociedade através de produtos e

serviços e, os resíduos sólidos e efluentes líquidos são devolvidos à natureza, afetando assim o capital natural da humanidade.

Para valorização dos serviços ofertados pela natureza, necessitamos considerar o estoque de “capital natural” disponível em determinada região. De acordo com Tundisi (2003, p.1): “Esta valoração pode ser feita em função do “capital natural que pode ser a biodiversidade ou funcionamento de uma área alagada como promotor do saneamento”.

A questão da valoração envolvendo a estimativa ou contribuição dos serviços fornecidos pelos sistemas ecológicos vem ganhando espaço, após a publicação do artigo “*The value of the world’s ecosystem services and natural capital*” pelo Prof. Dr. Robert Constanza. O artigo demonstra um resumo de informações sobre a importância do sistema ecológico ou dos ecossistemas ambientais, ou seja, ecossistemas aquáticos, terrestres e aéreos, para garantir o bem-estar dos seres humanos.

Neste contexto, a responsabilidade socioambiental das empresas passa pela construção de um modelo de prestação de contas e transparência, voltado ao atendimento dos interesses dos acionistas ou sócios (*stockholders*) e também das partes interessadas (*stakeholders*).

A ciência contábil sempre esteve presente no desenvolvimento econômico mundial, sendo, inclusive, considerada como “linguagem internacional dos negócios”, contribuindo através do processamento, armazenamento e demonstrativos para o planejamento e a tomada de decisões.

A contabilidade ambiental, conforme Ribeiro (2005, p. 45) “não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente conhecida. Assim, percebe-se que a contabilidade ambiental surge como uma finalidade social, além da finalidade de atender os investidores, de demonstrar em termos monetários o grau de degradação da natureza e às ações de conservação e preservação do capital natural”.

De acordo com Tundisi (2003, p.1) “Os ecossistemas apresentam funções que podem ser qualificadas de “serviços” e benefícios à população humana e a outras espécies”. A água fornece um conjunto de bens e serviços para os seres vivos, podendo ser considerada como matéria-prima em várias atividades produtivas, atividades de lazer, de esporte, reciclagem de matéria e energia, etc. Assim, a sua disponibilidade é indispensável, quantitativamente e qualitativamente para a manutenção do bem-estar da sociedade.

A água eleva a qualidade de vida da humanidade através da geração de riqueza. As atividades de consumo humano e de produção podem gerar impactos ambientais negativos, em consequência do uso inadequado do solo, defensivos agrícolas, destinação de dejetos animais, etc. Estas ações agridem de forma substancial a qualidade das águas, podendo inviabilizar a sua utilização no presente e no futuro.

Neste contexto é muito importante e relevante que as empresas evidenciem de forma clara, transparente e contábil no sentido quantitativo, como estão empregando o capital natural, pois esta grandeza passa a ter um valor agregado intangível. Este trabalho faz uma pequena comparação através de análises realizadas nos relatórios de sustentabilidade da Volkswagen alemã e da Randon brasileira.

Existem muitas dificuldades na comparação, pois os parâmetros utilizados pelas duas empresas são muito diferentes e não seguem de forma uniforme as recomendações do GRI (GRI, 2006), inclusive porque as recomendações são mesmo passíveis de interpretações

diferenciadas e cada companhia molda o demonstrativo de acordo com práticas de mensuração que já executa.

Em ambos os casos são mantidos os princípios básicos do “disclosure” (transparência e divulgação da informação) e do “accountability” (responsabilização pela prestação de contas), considerando as recomendações do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Instituto Ethos de responsabilidade socioambiental.

As origens contemporâneas do conceito de desenvolvimento sustentável foram abordadas, inicialmente, na conferência de Estocolmo em 1972.

O desenvolvimento sustentável pode ser definido como um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico. O relatório *Brundtland*, elaborado a partir da *World Commission Environment and Development* e chamado, também, de *Nosso Futuro Comum* (1991, p.49), menciona que o desenvolvimento sustentável

“é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas.”

Conforme Bellen (2006, p. 25) “[...] o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Para que se considere como sustentável o desenvolvimento deve atender: “os aspectos referentes às dimensões: social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longos prazos de ações alternativas” (BELLEN, 2006, p. 23).

Conforme o GRI (2006, p. 2):

“Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas inovadoras e novas formas de pensar. Se, por um lado, o desenvolvimento de conhecimento e de tecnologia contribui para o crescimento econômico, por outro, também pode contribuir para solucionar os riscos e danos que esse crescimento traz à sustentabilidade de nossas relações sociais e do meio ambiente. Novos conhecimentos e inovações em tecnologia, em gestão e em políticas públicas cada vez mais desafiam as organizações a fazer novas escolhas em relação ao impacto de suas operações, produtos, serviços e atividades sobre as economias, as pessoas e o planeta.”

A interação dos sistemas econômico e ecológico deve ser harmoniosa, visto que são vitais à sobrevivência humana por se complementarem. A humanidade sofre influência direta em razão do comportamento desta interação sistêmica. A população dos países em desenvolvimento é quatro vezes maior que a dos países desenvolvidos, ou industrializados, sendo que uma parte bem expressiva da população vive em condições de pobreza ou de extrema pobreza.

A solução proposta pela maioria dos economistas e políticos, sempre foi o crescimento econômico, com conseqüente diminuição das desigualdades nas diferentes regiões do mundo. Contudo, o acelerado crescimento econômico mundial trouxe consigo a degradação do meio ambiente em função do excessivo uso dos recursos naturais.

Assim, o potencial econômico do mundo em que vivemos foi danificado na proporção que o patrimônio natural foi perdendo as suas qualidades. Nesta situação ocorre um paradoxo entre a riqueza individual das organizações, percebida no desenvolvimento econômico da região, e o meio ambiente, que é uma fonte básica de recursos para o próprio desenvolvimento.

Para Constanza et al (1998) o “capital” deve ser considerado como sendo o estoque de matéria ou informações que existe em um tempo determinado. A utilização deste capital, individualmente ou em conjunto, com os fluxos de serviços de outros tipos de capitais estocados, poderá ser transformada para aumentar o bem-estar da sociedade. A utilização deste fluxo de produtos ou serviços, pode ou não deixar intacto o estoque deste capital original.

Segundo os mesmos autores, O “estoque de capital” pode ser percebido em diferentes formas, tais como: capital natural (florestas, água, minerais, atmosfera, ecossistemas, etc.); capital manufaturado (máquinas, estradas, fábricas); e capital humano.

Constanza (1994, p.75) define-se sustentabilidade como:

“a relação entre os sistemas econômicos humanos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, dinâmicos, mas normalmente com mudanças mais vagarosas, na qual: a) vida humana possa continuar indefinidamente, b) individualidades humanas possam florescer, c) cultura humana possa desenvolver, d) efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de limites a fim de que não destruam a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.”

Em resumo, o processo pela busca contínua do desenvolvimento sustentável prima pela iniciativa proativa, com visão de longo prazo e com a implantação de instrumentos que permitam a mensuração e a divulgação dos resultados obtidos.

O capital natural água oferece um conjunto de bens e serviços para a humanidade em diversas atividades, tais como: uso doméstico, irrigação, uso industrial, atividades de esporte e lazer, reciclagem de materiais, etc., e é considerado fundamental para manter ou aumentar o bem-estar da humanidade.

Conforme Tundisi (2003, p.4) “a água funciona como fator de desenvolvimento”, Ela oferece um conjunto de bens e serviços para a humanidade, em diversas atividades, tais como: uso doméstico, irrigação, uso industrial, atividades de esporte e lazer, reciclagem de materiais, etc., e é considerado fundamental para manter ou aumentar o bem-estar da humanidade.

De acordo com o mesmo autor, Tundisi (2003, p.4),

“os usos múltiplos da água aceleram-se em todas as regiões, continentes e países. Estes usos múltiplos aumentam à medida que as atividades econômicas se diversificam e as necessidades de água aumentam para atingir níveis de sustentação compatíveis com as pressões da sociedade de consumo, a produção industrial e a agrícola”.

Assim, o capital natural disponível de forma qualitativa e quantitativa atrai os interesses sociais, econômicos e ambientais uma vez que possibilita o uso das funções do ecossistema para promover bens e serviços indispensáveis para todas a espécie humana, no curto, médio e longo prazo. A valoração econômica do capital natural pode ser mensurada

pela soma dos valores de uso e do valor de existência do recurso ambiental sendo que, os valores de uso compostos são compostos pela soma dos valores de uso direto, uso indireto e valores de opção.

Vários são os métodos de valoração econômica dos recursos ambientais, tais como: Produtividade Marginal, Método da curva de possibilidade de reposição, Método do Custo de Reposição, entre outros. Dentre estes métodos, o presente estudo concentra-se no método de Custos de Reposição pela sua já utilização na ciência contábil.

Neste método, a valoração ou estimativa dos benefícios gerados por um recurso ou bem ambiental deverá ser calculada pelos gastos necessários para a sua reposição. Pode-se citar como exemplo o caso do reflorestamento em áreas desmatadas. Para estimar o valor deve ser utilizado o preço de mercado, considerando a recuperação do bem ambiental. Com o valor obtido com o cálculo pode ser recuperado o valor investido, mas nunca a biodiversidade de uma floresta nativa. Trata-se de um método de baixo custo financeiro e pouco complexo para o levantamento dos dados.

As empresas são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Porém, a efetiva responsabilidade social e ambiental das empresas, que vai além da exigida por lei, somente se fará presente nas empresas que se adequarem às formas de ação e ao ambiente em que estão inseridas. Para prestar informações a todos, segundo De Luca (1998, p. 22), “[...] a contabilidade, assumindo seu papel de reportar à sociedade os esforços despendidos pela empresa [...]” utilizará um instrumento chamado de relatório socioambiental das atividades da empresa.

A sociedade passou a exigir das organizações, por intermédio dos seus gestores, maior clareza em suas ações para que possam ser responsabilizados pelos atos praticados. Dessa forma, o cidadão, enquanto consumidor poderá optar por adquirir um produto fabricado por uma empresa responsável socialmente.

O sistema de governo das organizações, também chamado de “Governança Corporativa” é conceituado, segundo Lodi (2000, p. 24) como “Governança Corporativa é o sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva”. Segundo o mesmo autor o exercício da governança assevera aos proprietários: lisura, transparência, prestação de contas e atendimento a legislação local, que também pode ser definido através das seguintes vocábulos anglicanos de uso internacional: *Fairness, Disclosure, Accountability e Compliance*

O termo governança corporativa é relativamente novo no Brasil. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em junho de 2002, uma cartilha intitulada “Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa”. Definindo a governança corporativa como:

“[...] o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.”

As quatro palavras em inglês, conforme Lodi (2000, p.19) esclarecem o entendimento sobre o que esperar das boas práticas de Governança Corporativa:

1. *Fairness*, traduzida por senso de justiça e de equidade para com os acionistas minoritários contra transgressões de majoritários e gestores;
2. *Disclosure*, usualmente chamada de transparência, com dados acurados, registro contábil fora de dúvida e relatórios entregues nos prazos combinados;
3. *Accountability*, ou responsabilidade pela prestação de contas por parte dos que tomam as decisões de negócios;
4. *Compliance*, ou obediência e cumprimento e cumprimento das leis do país.

Pode ser agregada ainda a “Ética”, que deve regular as transações e o comportamento de todas as pessoas envolvidas com as organizações. É importante ressaltar que “responsabilidades éticas correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados [...] por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis” (ASHLEY et al., 2004, p. 50).

O IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, oficializou o seguinte conceito de Governança corporativa “é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho e administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal.”

A governança corporativa no Brasil é recente. Segundo Lodi (2000), na década de 50 e 60 percebia-se a forte presença do acionista controlador familiar, acumulando funções, sendo acionista majoritário e gestor da empresa. Na década de 70, surge a primeira Lei das Sociedades anônimas, nº 6.404/76, legalizando a prática do Conselho. Nos anos 80 presenciamos o surgimento dos Fundos de Pensão, Fundos de Investimentos, atuação da Bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) e da Bolsa do Rio. Na década de 90 os conselhos administrativos ganharam maiores poderes e houveram grandes escândalos envolvendo pareceres de auditores externos. No ano de 1992, o movimento ganhou impulso com o “relatório Cadbury - Códigos das Melhores Práticas” e vem crescendo desde então em todo o mundo.

Após os escândalos empresariais no ano de 2002, nos Estados Unidos da América envolvendo as empresas *Enron*, *Worldcom* e *Tyco* fez com que o congresso americano aprovasse a Lei *Sarbanes-Oxley* promovendo mudanças nas regras para as empresas de capital aberto, com a finalidade de diminuir a desconfiança dos investidores e tentar recuperar a economia do país. Conforme Andrade e Rosetti (2004, p.85), A lei *Sarbanes-Oxley* promoveu ampla regulação da vida corporativa, fundamentada nas boas práticas de governança. A crise de 2008 basicamente no setor financeiro e as medidas tomadas desde então comprovam que as economias do primeiro mundo tem um caminho ainda mais longo do que se pensava para atingir um estágio de equilíbrio entre as necessidades de regulação e as forças de mercado.

2. Materiais e Métodos

A metodologia quanto ao objetivo será descritiva, uma vez que a intenção é descrever as várias características das informações socioambiental evidenciadas nos relatórios a serem analisados. O raciocínio que determina as diretrizes da investigação será dedutivo. De acordo com Prodanov e Freitas (2009, p. 63) “Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados [...]”.

Quanto aos procedimentos técnicos será utilizada a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Para Prodanov e Freitas (2009, p. 69) “[...] a pesquisa documental baseia-se em

materiais que não receberam ainda um tratamento analítico [...]”. Os dados secundários serão coletados, com base no relatório de sustentabilidade publicado anualmente pela empresa do presente estudo, e classificados em indicadores da dimensão ambientais. A amostra será composta por documentos de empresas que publicam seus relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa será qualitativa. A pesquisa qualitativa para Prodanov e Freitas (2009, p. 81) “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

3. Análise Comparativa

Para atender à demanda de informações internas e externas a contabilidade necessita transformar-se num banco de dados, em que as informações são coletadas, processadas, armazenadas, classificadas e disponibilizadas de acordo com as circunstâncias, em que os usuários recebem informações para o atendimento de suas necessidades, sempre com a observância dos padrões de qualidade. Cada usuário, “stockholder” ou “stakeholder” terá seu interesse atendido conforme suas necessidades que sempre são diferenciadas.

Segundo Kroetz (2000, p. 22), “a Contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo como objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais [...]”.

Pode-se dividir a contabilidade em especializações, em que cada uma se concentra em conhecer profundamente um tema, visando fornecer para os usuários as informações necessárias para o gerenciamento da organização. Assim, a contabilidade com o objetivo de manter atualizada a geração de informações aos usuários, especializou-se. Além de proporcionar informações fiscais, financeiras de gestão, passou a gerar através da contabilidade ambiental e sociais informações de cunho sócio ambiental.

A contabilidade ambiental passa por um processo de evolução e estudos, conforme afirma Ferreira (2003, p. 60):

“Ao depararem com problemas de gestão relativos ao meio ambiente, os gestores passaram a requerer da contabilidade informações financeiras que os ajudassem nesse trabalho [...] Esse fato acentuou-se na década de 90, principalmente a partir da ECO/92 e, também, em decorrência do agravamento dos problemas ambientais, de modo geral. A partir daí, contadores, institutos de pesquisa, organismos profissionais e órgãos de governo de vários países começaram a estudar o assunto, com o objetivo de contribuir para o estabelecimento de novos procedimentos, de uma nova metodologia ou, ainda, de contribuir para o aprimoramento dos procedimentos e da metodologia contábil, já existentes, a fim de apresentar uma resposta que satisfizesse aos gestores quanto a suas necessidade de informações financeiras sobre o meio ambiente e relativas à entidade.”

Segundo Iudícibus, (2000, p. 19) “[...] o objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários”. Todavia, a contabilidade para disponibilizar diferentes tipos de informações para vários tipos de usuários deveria, após conhecer o modelo decisório individual, fornecer informações personalizadas

para cada usuário. Porém, em virtude de inúmeras variáveis e modelos decisórios peculiares, a contabilidade pode construir mais eletivamente uma base de dados para ser usada de forma flexível por diferentes usuários.

Para Ribeiro (2005, p. 45), a contabilidade ambiental, tradicionalmente, foi definida com o objetivo de:

“[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.”

O conjunto de tecnologias contábeis existentes indica que esta ferramenta pode ser utilizada pela contabilidade ambiental nas demonstrações originárias da contabilidade financeira e social, objetivando atender a uma integração já existente entre a sociedade e as organizações. No Brasil, segundo a Lei nº 6.404, de 15/12/76 e Lei 11.638 de 28/12/07, as informações concebidas pela contabilidade, com a finalidade de prestar informações de natureza fundamentalmente econômico-financeira, para os usuários externos da empresa são denominadas, Demonstrações Contábeis ou Demonstrações Financeiras (denominação proveniente da Lei das Sociedades por Ações). No Brasil, este conjunto de informações é composto pelas seguintes peças contábeis: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração da mutação do patrimônio líquido; demonstração do fluxo de caixa; demonstração do valor adicionado e notas explicativas.

As demonstrações contábeis anteriormente citadas não atendem, completamente, às necessidades de informações dos usuários da contabilidade no campo social e ambiental. Para atender a essa necessidade as empresas estão divulgando juntamente com o relatório da administração ou, separadamente, um relatório socioambiental chamado de “balanço social”, que evidencia um balanço, de forma qualitativa e quantitativa das ações sociais e ambientais da empresa.

A contabilidade tem privilegiado, através das Demonstrações Financeiras, atualmente divulgadas, os usuários com interesses no capital investido e no retorno sobre esse capital, ou seja, a contabilidade tem foco praticamente exclusivo no capital. Entretanto, com a necessidade de transparência, por parte das empresas, para com a sociedade, a contabilidade, especificamente a contabilidade ambiental, passa a ter um papel fundamental na geração de informações de cunho sócio ambiental.

Na era da informação, a contabilidade exerce um papel fundamental na geração e evidenciação de informação (*accountability e disclosure*) da responsabilidade social e ambiental através da elaboração do relatório sócio ambiental das empresas, deixando de ser apenas uma ciência contábil responsável pelo controle patrimonial das empresas.

Neste contexto, a contabilidade ambiental poderá ser definida como um sistema de informação que objetiva prestar informações sobre a degradação do capital natural, em função das atividades das empresas e, sobretudo, sobre as ações implantadas para evitar a rarefação dos elementos naturais.

A contabilidade ambiental deverá unir-se à contabilidade financeira, visando a uma integração na geração de informações para o atendimento de todos os usuários do processo. Pode-se observar que a contabilidade, com sua cultura e tecnologia, será responsável, integrada com demais áreas da organização, pela geração, demonstração, análise e auditoria

da responsabilidade social e ambiental das empresas. Diante disso, evidencia-se um campo muito vasto a ser explorado e também a responsabilidade social do contador através da geração de informações sociais.

Em relação a uso dos recursos da natureza, Ribeiro (2005, p.19) afirma: “ Ao captar, do meio ambiente, recursos naturais renováveis ou não, a organização utiliza patrimônio da humanidade.” Desta forma, a atitude das empresas atingirá de maneira negativa o nosso patrimônio natural, ou seja, através da diminuição do volume de água potável, do nível do ar e da área de terras habitáveis ou cultiváveis, limitando assim, para o futuro, a garantia de qualidade de vida das gerações futuras.

Entretanto, a contabilidade, por tratar-se de uma ciência que tem como objeto o patrimônio, precisa registrar e prestar informações de todos os fatos relativos ao meio ambiente, ou seja, prestar contas desse patrimônio que é de interesse da humanidade, para todas as partes interessadas.

A tentativa de comparar índices do relatório de sustentabilidade, conforme discriminação do GRI (2006) foi muito dificultada porque a livre interpretação das recomendações em função de práticas já existentes nas empresas criou parâmetros muito autônomos em cada local. Foram comparados índices do GRI da Volkswagen alemã e do relatório de sustentabilidade da Randon brasileira. Conforme explicado não houve possibilidade de comparação direta de índices.

Mas foram calculados índices de participação da energia elétrica na matriz energética da Volkswagen e da Randon, foram calculados índices de reaproveitamento de água e índices de reciclagem de resíduos sólidos nas duas empresas. A figura 1 mostra os dados de energia elétrica.

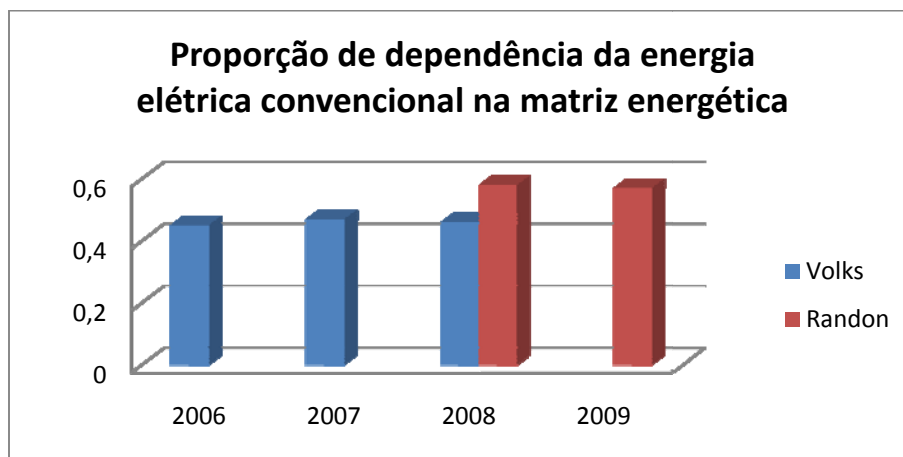


Figura 1: Gráfico comparativo entre os cálculos dos índices de dependência da energia elétrica na matriz energética dos grupos empresariais comparados.

A análise estatística utilizando o teste “t” de Student demonstra que a influência da energia elétrica na composição da matriz energética da Volkswagen e da Randon é uma variável relevante, com valor estatístico muito elevado mostrando isto (13,8).

Na Volkswagen, a dependência da energia elétrica convencional situa-se em torno de 45 a 47%. Enquanto na Randon, os dados disponíveis de 2008 e 2009 permitem um cálculo de que cerca de 58 e 57% do total da energia gasta provenha de fontes convencionais. Na Randon, o restante da energia provém de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), lenha, gás natural e óleo combustível.

Este fato confirma as observações de Stern (2010, pg 45), citando que hoje mais de 30% da energia na Alemanha é eólica e em alguns distritos alemães este índice chega a 50%, ressaltando que a Alemanha continua liderando em termos mundiais em relação à capacidade instalada de geração de energia eólica.

Na figura 2 são apresentados os dados calculados das quantidades de água tratada e reutilizada pelas empresas em “circuitos fechados”.

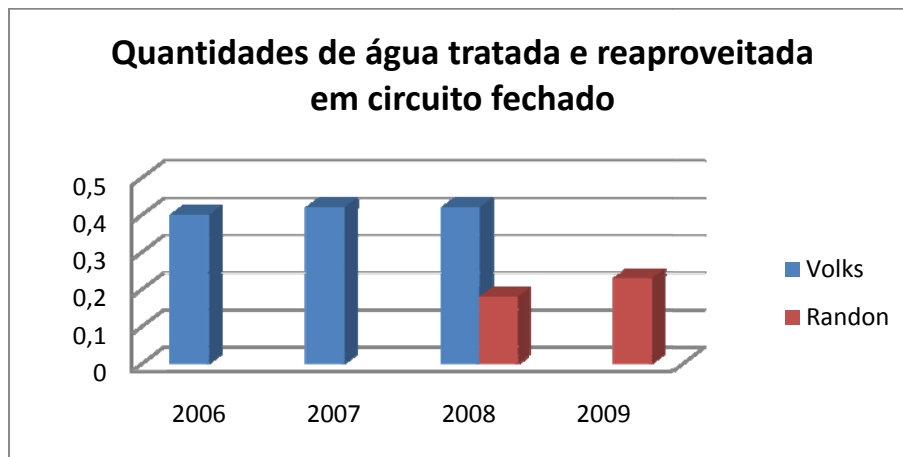


Figura 2: Valores calculados a partir de índices fornecidos em relatórios de sustentabilidade, demonstrando os valores quantitativos de reutilização de águas.

A análise estatística mostra que este fator também é relevante, mostrando um índice de 10,47, para um t crítico de 2,35. Apenas se o índice fosse menor do que o t crítico este não seria um fator relevante.

O reaproveitamento de água na Volkswagen situa-se entre 40 e 42% dos totais de água utilizada. Na Randon, o reaproveitamento de água situa-se entre 18 e 23% nos dados fornecidos para os anos de 2008 e 2009.

Muitos são os fatores envolvidos nestes valores. O custo de obtenção do capital natural água certamente é um fator relevante. Os custos de tratamento e viabilização da reutilização industrial da água em condições adequadas e as tecnologias utilizadas para isto são outro fator relevante. Não existem dados para comprovar qual destas hipóteses é corroborada pela realidade, no entanto, ambas concorrem no sentido de que são fatores a serem considerados na corrida pela reutilização de água.

As empresas do mundo inteiro hoje compreendem que os itens fundamentais de responsabilidade socioambientais começam no ecodesign, passam pela eficiência energética e otimização do uso de recursos hídricos, tratamento de efluentes, gestão de resíduos sólidos, monitoramentos atmosféricos e acabam em eficientes projetos de responsabilidade socioambientais.

Na figura 3 é apresentada a quantidade de resíduos sólidos reciclados, conforme cálculo obtido de índices fornecidos nos relatórios de sustentabilidade.

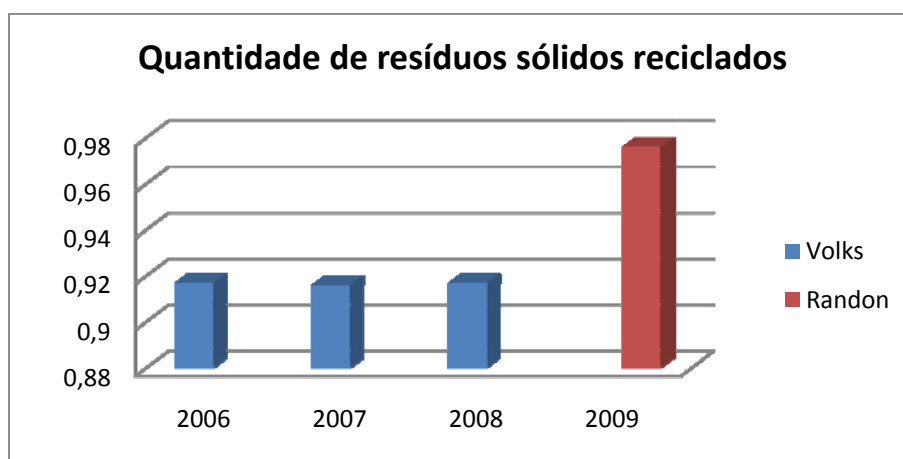


Figura 3: Quantidades de materiais enviados a reciclagem, conforme dados constantes em relatórios de sustentabilidade.

O Brasil é um país que tem destaque internacional na reciclagem e reutilização dos materiais, tanto de origem doméstica quanto industrial. Em ambos os mercados existe uma série de fatores relevantes para esta situação. Existem grandes camadas de populações que são excluídas dos mercados de trabalho convencional em função de sua baixa escolarização que trabalham nos mercados de reciclagem, que frequentemente exibem condições de baixa salubridade ou segurança. Há um grande número de empreendedores que intermediam processos de acumulação de materiais, que são necessários para viabilizar as atividades de reciclagem. Embora existam deficiências de infra-estrutura no país, as condições de triagem, armazenagem, beneficiamento e transporte viabilizam as iniciativas de reciclagem tanto domésticas quanto industriais.

De qualquer forma, os índices de reciclagem calculados são elevados tanto na empresa alemã, quanto na brasileira. Na Volkswagen oscilam entre 91,6 e 91,7% enquanto na Randon atinge 97,6% no ano em que o dado foi disponibilizado.

Esta singela comparação permite avançar a respeito da conceituação de responsabilidade social que está por trás destas iniciativas. O tema Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa ou Empresarial tem sido muito discutido. Esta não é uma abordagem nova. Desde a era industrial até as décadas de 70 e 80, as empresas eram consideradas Socialmente Responsável, em função da geração de lucro, do pagamento de impostos e, também, do número de empregos gerados. As ações sociais deveriam ser responsabilidade do Estado e o meio ambiente e o desenvolvimento humano não faziam parte das preocupações dos gestores. Conforme argumenta Friedman apud Tenório (2004, p.15):

“Ultimamente um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm uma responsabilidade social além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Este ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter e da natureza de uma economia livre. Em tal economia só há uma responsabilidade do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude.”

Naquele período, acreditava-se que os recursos naturais eram inesgotáveis sem qualquer restrição ao seu uso. O patrimônio do proprietário e da empresa eram considerados um só e o lucro máximo era a principal contribuição social da organização.

Entretanto, as mudanças no processo produtivo em função da evolução tecnológica e da aplicação da ciência na gestão das organizações, estimularam a discussão sobre o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, ou seja, através da administração científica foi aplicada a ideologia liberal no chão de fábrica. Isso, porque a maximização do lucro estava presente em todos os processos empresariais, pela busca contínua da produção ótima. Assim, a contribuição do liberalismo econômico da época, resultou, em um capital acumulado e crescimento da produção com a evidência dos efeitos negativos da atividade industrial.

A sociedade, a partir desse momento, se mobilizou e começou a pressionar o Governo e as Empresas em busca de uma solução para os problemas gerados pela industrialização. Assim, além da geração de empregos, maximização e obtenção de lucros, pagamentos de impostos, as empresas deveriam atender a todas as questões legais relativas ao meio ambiente e às relações trabalhistas. Em seguida, o conceito de Responsabilidade e Social passou a atender alguns anseios da sociedade e a ser entendido de forma mais ampla.

O conceito de Responsabilidade Social não é recente, conforme acima mencionado, mas precisa ser incorporado ao dia-a-dia das empresas e dos indivíduos. Atualmente, os conceitos relacionados ao tema ainda estão em fase de construção e, algumas vezes, expressões como ética empresarial, filantropia, responsabilidade social são utilizados com vários significados e, também, algumas vezes, como sinônimos. Diante disso, entende-se como necessário conceituar os principais termos relacionados a esse tema.

Martins (1997, p.3) afirma, em relação à responsabilidade social da empresa:

“Esta [empresa] consome recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que são enorme patrimônio gratuito da humanidade: utiliza capitais financeiros e tecnológicos que, no fim da cadeia, pertencem a pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza capacidade de trabalho da sociedade, finalmente, subsiste em função da organização do estado que a sociedade lhe viabiliza como parte das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos.”

Conforme Bauer et al. (2001, p. 137), “[...] podemos definir como responsabilidade social às atividades desenvolvidas pelas empresas que melhoram as condições de vida da sociedade e protegem a natureza, mesmo sem nenhum aumento no lucro[...]”. Entretanto, dentre diversas definições, atenção especial deve ser dirigida para a definição formulada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que a explicita da seguinte maneira:

“Responsabilidade social é uma forma de conduzir negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir

incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas e proprietários.”

Os empresários possuem visões diferenciadas em relação à responsabilidade social. Alguns, mais conservadores, enxergam a empresa como fonte de rendimento para os investidores, onde o foco principal é a maior geração de lucro possível e seu desenvolvimento com o social e o meio ambiente resume-se na utilização dos recursos disponíveis para o benefício da empresa, com o conseqüente retorno dos investimentos realizados pelos acionistas. Outros possuem uma visão contemporânea, onde enxergam a empresa com um papel fundamental, que é o de proteger os recursos disponíveis, assim como a manutenção do bem-estar da sociedade.

As empresas, dentro de uma visão tradicional, existem com a finalidade de obter lucros, que remuneram o capital dos investidores. Entretanto, essas empresas para exercerem atividades buscam recursos da sociedade e da natureza. Dessa forma, pode-se resumir que o ponto de vista clássico considera a empresa apenas como uma entidade econômica, enquanto o ponto de vista contemporâneo concebe a empresa como um membro da sociedade.

Em ambos os casos, pode-se chegar às mesmas conclusões, isto é, quando a atividade social for uma exigência legal ou geração de lucros, as empresas, independentemente da posição em relação à responsabilidade social, estarão inserindo nas atividades as questões sociais. Como se pode observar, a divergência está vinculada especificamente à exigência legal ou à obtenção da lucratividade.

Uma empresa somente sobrevive com a obtenção de lucros. Diante disso, somente será possível conciliar ambos - lucro e avanço social - através de alguns fatores: porte da empresa e capacidade em investir em programas de responsabilidade social.

Em resumo, essa decisão deverá fazer parte da estratégia da empresa de adotar uma postura responsável e voluntária diante dos problemas sociais apresentados pela região ou país onde ela está instalada, em vez de fazê-lo em consequência de exigência legal. Esta postura pode ser exemplificada mediante a atitude da empresa de retirar do mercado um determinado produto com suspeita de produzir algum mal à saúde pública antes de ser obrigada a fazê-lo.

Para a sociedade é fundamental acompanhar e avaliar se as empresas estão agindo dentro de um comportamento responsável socialmente. As empresas de forma voluntária, ou atendendo a pressão social de "stockholders" e "stakeholders", estão gerando informações que visam a dar maior transparência à sociedade, desde a aplicação de planos sociais e do desempenho da atividade social da empresa na comunidade. Isto é realizado através de relatórios que contêm os projetos sociais previstos e realizados e demonstrativos com os resultados em números que comprovem os projetos e ações sociais desenvolvidas pela empresa ao longo dos anos.

As decisões empresariais afetam substancialmente os *stakeholders*. Segundo Srour (2000, p 41), "As decisões empresariais não são inócuas, anódinas ou isentas: carregam um enorme poder de irradiação pelos efeitos que provocam". As organizações mantêm vínculos com a sociedade através dos seus produtos, e da forma como empregam o capital financeiro e o capital natural. A responsabilidade social na utilização destes fatores de produção tem relevância para as posturas do cidadão enquanto consumidor.

4. Conclusões

Existe uma grande responsabilidade das organizações e para com seus funcionários, acionistas, clientes, ou seja, todos os *stakeholders* no sentido mais amplo do termo. Os próprios consumidores de alguma forma se sentem “partes interessadas” pois com seu ato volitivo de usar produtos ou serviços este consumidor sabe que pode estar contribuindo para a vida equilibrada do planeta, para o que se considera sustentabilidade.

As empresas traduzem as ações de sustentabilidade para conceitos de sua prática cotidiana, como ecodesign, ecoeficiência, otimização do uso de recursos hídricos, eficiência energética, tratamentos de efluentes e reutilização do capital natural água, gestão de resíduos sólidos, monitoramento atmosférico e ações de responsabilidade socioambiental.

As interpretações possíveis de serem comparadas a partir de dados obtidos nos relatórios de sustentabilidade da Volkswagen e da Randon indicam que a participação da energia elétrica na matriz energética empresarial é maior na Randon do que na Volkswagen, espelhando uma realidade que existe para toda sociedade. Na Alemanha são muito desenvolvidas as fontes energéticas alternativas e isto se reflete nesta comparação.

A reutilização de água também é maior na empresa alemã, provavelmente em resposta a estímulos vinculados ao custo deste capital natural, que tem maior valoração na Alemanha em relação ao Brasil, e certamente também por facilidades devidas a tecnologias mais aprimoradas no tratamento de água.

Por último, os índices indicam que as quantidades de materiais remetidos a reciclagem é maior na empresa brasileira em relação a empresa alemã. Isto ocorre porque em termos gerais, o Brasil é um país que tem destaque internacional na reciclagem e reutilização dos materiais, tanto de origem doméstica quanto industrial. Em ambos os mercados existe uma série de fatores relevantes para esta situação. Existem grandes parcelas de populações que são excluídas dos mercados de trabalho em função de sua baixa escolarização e que trabalham nos mercados de reciclagem. Estas atividades frequentemente exibem condições de baixa salubridade ou segurança. O grande número de empreendedores que intermediam processos de acumulação de materiais, que são necessários para viabilizar as atividades de reciclagem, é outro fator relevante. E embora existam deficiências de infra-estrutura no Brasil, as condições de triagem, armazenagem, beneficiamento e transporte viabilizam as iniciativas de reciclagem tanto domésticas quanto industriais no país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, Patricia Almeida (org.) et al. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAUER, Maristela M. Balanço Social: Calçados Azaléia S/A. In SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (org.). **Balanço Social Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2006.

COSTANZA, R. **Economia Ecológica: uma Agenda de Pesquisa in Valorando a Natureza, Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

DE LUCA, M. M. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

GRI. Global Reporting Initiative – **Diretrizes Para Relatório de Sustentabilidade**: 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Guidelines/> acesso em 29 de maio de 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, C. E. S. **Balanço Social**. São Paulo: Atlas, 2000.

LODI, João Bosco. **Governança Corporativa**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STERN, N. H. **O caminho para um mundo mais sustentável: os efeitos da mudança climática e a criação de uma era de progresso e prosperidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 242p, 2010.

TENÓRIO, F. G. (org.) et al. **Responsabilidade Social e Empresarial: Teoria e Prática**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TUNDISI, José G. **Recursos Hídricos**. O Futuro dos Recursos # 1, outubro de 2003. Disponível em http://www.multiciencia.rei.unicamp.br/artigos_01/A3_Tundisi_port.PDF> Acesso em março 2010.